

Romaxis Securitizadora S.A.

**Informações contábeis de acordo com
as práticas contábeis adotadas no
Brasil em 31 de dezembro de 2022**

KPDS 1223119

Este documento foi assinado eletronicamente por Pedro Luiz Mees e Leila Silva Carlini.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código F593-F283-D1CD-70E4.

Este documento foi assinado eletronicamente por Pedro Luiz Mees e Leila Silva Carlini.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código F593-F283-D1CD-70E4.

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações financeiras	4
Balanço patrimonial	8
Demonstração do resultado	9
Demonstração do resultado abrangente	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração do fluxo de caixa	12
Demonstração do valor adicionado	13
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	14

Joinville – SC, 06 de setembro de 2023.

Aos acionistas da

ROMAXIS SECURITIZADORA S/A

Senhores Acionistas,

A Administração da **ROMAXIS SECURITIZADORA S/A**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações financeiras, com o Relatório dos Auditores Independentes relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Em atendimento a instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa KPMG Auditores Independentes LTDA foi contratada pela Companhia, para prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das Demonstrações financeiras, e não prestou, desde a sua contratação serviços não relacionados à auditoria externa.

Tendo em vista o prejuízo apurado no período, não houve distribuição de dividendos ou alocação de reservas.

Atenciosamente,

ROMAXIS SECURITIZADORA S/A

Diretor Presidente

Pedro Luiz Mees



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da Romaxis Securitizadora S.A Joinville – Santa Catarina

Abstenção de opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras da Romaxis Securitizadora S.A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Base para abstenção de opinião

1. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras, a Companhia apresenta prejuízo de R\$ 2.821.099 um patrimônio líquido de R\$ 220.366 e capital circulante líquido negativo de R\$ 540.176 em 31 de dezembro de 2022. Essas condições indicam a existência de uma incerteza relevante que pode levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Até a conclusão dos nossos trabalhos, a Administração da Companhia não nos apresentou o plano de negócio necessário para a avaliação sobre a capacidade da entidade continuar em operação no futuro previsível, que é de no mínimo de, mas não limitado a, doze meses a partir da data do balanço, conforme requerido pelo CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, ou evidência sobre a informação divulgada na referida nota explicativa de apoio financeiro do grupo. Em decorrência desse assunto, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir se o pressuposto de continuidade operacional, base para a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, é apropriado.
2. Ficamos impossibilitados de obter representações adequadas da administração da entidade em relação às demonstrações financeiras. Não foi possível determinar o efeito da falta de tais representações sobre a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de dezembro de 2022, ou sobre o seu desempenho das operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data.

3. Conforme Nota Explicativa nº 8 às demonstrações financeiras, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 apresenta na rubrica de “partes relacionadas” no ativo não circulante o montante de R\$ 219.617 para os quais não obtivemos as respectivas confirmações de saldos. Em decorrência desse assunto, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente de saldos. Consequentemente, não foi possível determinar se havia necessidade de efetuar ajustes na referida rubrica, assim como nos elementos componentes das demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data.
4. Conforme nota explicativa nº 15 às demonstrações financeiras, a demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 apresenta na rubrica de despesas gerais e administrativas o montante de R\$ 2.915.223. Até a data de conclusão dos nossos trabalhos a Companhia não nos havia disponibilizado a documentação suporte para o montante de R\$ 1.472.298 relacionado a despesa de comissão e para o montante de R\$ 213.100 relacionado a transações com partes relacionadas. Em decorrência desse assunto, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre o referido saldo contábil. Consequentemente, não foi possível determinar se havia necessidade de efetuar ajustes em relação ao saldo de despesas gerais e administrativas, assim como nos elementos componentes das demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data.
5. Conforme nota explicativa nº 7 e balanço patrimonial às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta na rubrica de direitos creditórios a receber o montante de R\$ 15.802.584. No decorrer de nossa auditoria verificamos que:
 - a) O montante de R\$ 17.271.927 foi registrado na referida rubrica de direitos creditórios a receber pelo valor de face dos respectivos recebíveis sendo a receita de securitização com deságio, apurada pela diferença entre o valor de face e o preço de transação, reconhecida no momento da aquisição destes títulos. De acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, no reconhecimento inicial, a Companhia deve mensurar o ativo financeiro ao seu valor justo, devendo a receita financeira de juros ser reconhecida por meio da aplicação do método de juros efetivos, ao longo do prazo do instrumento financeiro. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2022 o saldo de direitos creditórios a receber e o patrimônio líquido estão apresentados a maior no montante de aproximadamente R\$ 974.000. Desse total, o montante de aproximadamente R\$ 954.000 se refere ao efeito a maior no prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, líquidos de efeitos tributários.
 - b) A Companhia não elaborou a análise de realização dos saldos de direitos creditórios a receber a fim de determinação do valor de perdas esperadas de acordo com o CPC 48. Se a Companhia tivesse efetuado a análise dos referidos créditos, certos elementos das demonstrações financeiras poderiam ter sido afetados de forma relevante. No entanto, foi impraticável para nós quantificar os efeitos dos ajustes.
 - c) Até a data da conclusão dos nossos trabalhos de auditoria, a Companhia não nos forneceu a composição analítica, bem como a conciliação dos saldos para o montante de R\$ 497.462 registrado na sub-rubrica duplicatas de clientes a conciliar. Em decorrência desse assunto, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre o referido saldo contábil. Consequentemente, não nos foi possível determinar se havia necessidade de efetuar ajustes em relação aos saldos das referidas rubrica e sub-rubrica em 31 de dezembro de 2022, assim como nos elementos componentes das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data.
6. Conforme nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022, o balanço patrimonial apresenta na rubrica Capital Social o montante de R\$ 2.000.000. Os acionistas da Companhia não efetuaram a capitalização do montante de R\$ 1.900.000, aprovada em reunião de assembleia geral extraordinária de acionistas, realizada de 28 de dezembro de 2022. Consequentemente, o patrimônio líquido e a conta de partes relacionadas, no ativo circulante, estão apresentados a maior em R\$ 1.900.000 em 31 de dezembro de 2022.
7. A Companhia não avaliou os requerimentos do CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil para as obrigações de aluguel de sua sede, como por exemplo o prazo do arrendamento, incluindo opções de prorrogação ou rescisão do contrato. Se a entidade tivesse avaliado os requerimentos do CPC 06 para as obrigações de aluguel de sua sede, certos elementos das demonstrações financeiras poderiam ter sido afetados de forma relevante. No entanto, foi impraticável para nós quantificar os efeitos dos ajustes.

8. Conforme notas explicativas nº 9.1 e 9.2 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2022 o balanço patrimonial apresenta nas rubricas de imobilizado e intangível os montantes de R\$ 24.408 e R\$ 561.837, respectivamente. A Companhia apresentou prejuízo e dificuldades na geração de caixa que é um indicativo de que o valor contábil possa ter excedido o seu valor recuperável. A Companhia não preparou e não nos apresentou a avaliação do valor recuperável relativos ao montantes do imobilizado e intangível, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Se a Companhia tivesse efetuado e nos apresentado a análise do valor recuperável do referido imobilizado e intangível, certos elementos das demonstrações financeiras do exercício de 2022 poderiam ter sido afetados de forma relevante. No entanto, foi impraticável para nós quantificar os efeitos dos ajustes.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Devido a relevância do assunto descrito na seção “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir se essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico.

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 23 de março de 2022, sem modificação. Os valores correspondentes relativos à Demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, emitiram relatório sem modificação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada Base para abstenção de opinião, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

São Paulo, 06 de setembro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
2SP-027685/O-0 F SP



Mark Suda Yamashita
Contador CRC SP-271754/O-9

Romaxis Securitizadora S.A.

CNPJ: 29.088.092/0001-95

Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em Reais)

ATIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021	PASSIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante				Passivo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	324.372	296.538	Partes relacionadas	8	-	10.230
Direitos creditorios a receber	7	15.802.584	21.896.355	Obrigações com fornecedores		49.483	15.866
Impostos a recuperar		216.135	215.777	Obrigações tributárias	10	103.194	152.732
Partes relacionadas	8	1.900.000	118	Obrigações trabalhistas e sociais		31.686	22.331
Outros Créditos		3.765	613.254	Outras obrigações	11	58.788	1.153.450
Total do Ativo Circulante		18.246.856	23.022.042	Debêntures	12	18.543.881	21.486.051
				Total do Passivo Circulante		18.787.032	22.840.660
Ativo Não Circulante				Passivo não Circulante			
Partes Relacionadas	8	219.617	799.143	Outras obrigações	11	45.320	-
Imobilizado	9.1	24.408	31.313	Total do Passivo Circulante		45.320	-
Intangível	9.2	561.837	129.627				
Total do Ativo Não Circulante		805.862	960.083	Patrimônio líquido	13		
				Capital social		2.000.000	100.000
				Reserva Legal		-	20.000
				Lucros/(Prejuízos) Acumulados		(1.779.634)	1.021.465
				Total do patrimônio líquido		220.366	1.141.465
Total do Ativo		19.052.718	23.982.125	Total do passivo e patrimônio líquido		19.052.718	23.982.125

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Romaxis Securitizadora S.A.

CNPJ: 29.088.092/0001-95

Demonstração do Resultado

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em Reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita de juros	14	4.366.316	7.517.683
Despesa de juros	14	<u>(4.055.076)</u>	<u>(2.027.770)</u>
Resultado líquido de juros		311.240	5.489.913
(Despesas) / Receitas operacionais		<u>(3.145.331)</u>	<u>(3.836.958)</u>
Despesa tributária		(2.147)	(10.420)
Despesas com pessoal		(227.961)	(149.005)
Despesas gerais e administrativas	15	(2.915.223)	(3.677.533)
Lucro antes do Resultado Financeiro	13	<u>(2.834.091)</u>	<u>1.652.955</u>
Outras receitas/despesas		12.992	9.254
Resultado não operacional		<u>12.992</u>	<u>9.254</u>
Resultado antes das provisões		<u>(2.821.099)</u>	<u>1.662.209</u>
(-) Provisão para imposto de renda	16	-	(418.786)
(-) Provisão para contribuição social	16	-	(159.403)
Prejuízo / Lucro líquido do Exercício		<u>(2.821.099)</u>	<u>1.084.020</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Romaxis Securitizadora S.A.

CNPJ: 29.088.092/0001-95

Demonstração do resultado abrangente

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em Reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Resultado Líquido do Exercício	<u>(2.821.099)</u>	<u>1.084.020</u>
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(2.821.099)</u>	<u>1.084.020</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Romaxis Securitizadora S.A.

CNPJ: 29.088.092/0001-95

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em Reais)

	Capital Social Subscrito	Reserva Legal	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	100.000	-	296.885	396.885
Resultado do exercício	-	-	1.084.020	1.084.020
Ajustes de exercício anterior	-	-	1.048	1.048
Reserva Legal	-	20.000	(20.000)	-
Dividendos a distribuir	-	-	(340.488)	(340.488)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	100.000	20.000	1.021.465	1.141.465
Resultado do Exercício	-	-	(2.821.099)	(2.821.099)
Integralização de Capital Social	1.900.000	-	-	1.900.000
Absorção de prejuízo pela reserva legal	-	(20.000)	20.000	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.000.000	-	(1.779.634)	220.366

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Romaxis Securitizadora S.A.

CNPJ: 29.088.092/0001-95

Demonstração do fluxo de caixa

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em Reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo / lucro líquido do exercício	(2.821.099)	1.084.020
Ajustado por:		
- Imposto de renda e Contribuição Social	-	578.189
- Remuneração de Debentures	4.054.210	2.021.461
- Perdas esperadas	(1.927.887)	-
- Ajuste de exercício anterior	-	1.048
- Depreciação e amortização do exercício	74.502	(31.303)
	<u>(620.274)</u>	<u>3.653.415</u>
(Aumento)/Diminuição das contas ativas		
- Contas a receber	6.093.771	(5.157.049)
- Impostos a recuperar	(358)	(195.581)
- Outros créditos	609.489	(541.276)
Aumento/(Diminuição) das contas passivas		
- Obrigações com fornecedores	33.617	12.007
- Obrigações Tributárias (exceto IR e CS)	(49.538)	(77.663)
- Obrigações sociais e trabalhistas	9.355	21.051
- Outras obrigações	(1.049.342)	883.732
Caixa proveniente/(usado) nas operações	<u>5.026.720</u>	<u>(1.401.364)</u>
- Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	-	(578.189)
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	<u>5.026.720</u>	<u>(1.979.553)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
- Aquisição de ativo imobilizado	(502.001)	(174.253)
- Venda de ativo imobilizado	2.194	170.000
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	<u>(499.807)</u>	<u>(4.253)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
- Operações com mútuo	(1.330.586)	(34.364)
- Integralização de Capital Social	1.900.000	
- Ingresso de empréstimos e financiamentos	-	274.169
- Amortização de empréstimos e financiamentos	-	(182.498)
- Dividendos a distribuir	-	(340.488)
- Resgate de Debêntures	(16.343.991)	(11.082.225)
- Resgate de Juros Debêntures	(2.298.502)	-
- Ingressos Decorrentes da Emissão de Debentures	13.574.000	10.145.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>(4.499.079)</u>	<u>(1.220.406)</u>
Aumento / (Diminuição Líquida de caixa e equivalentes de caixa)	<u>27.834</u>	<u>(3.204.212)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	296.538	3.500.750
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	324.372	296.538

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Este documento foi assinado eletronicamente por Pedro Luiz Mees e Leila Silva Carlini.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código F593-F283-D1CD-70E4.

Romaxis Securitizadora S.A.

CNPJ: 29.088.092/0001-95

Demonstração do valor adicionado

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em Reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
I - RECEITA	4.379.308	7.517.683
I.1 - Receita de juros	4.366.316	7.517.683
II - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	2.555.345	3.389.684
III - VALOR ADICIONADO BRUTO	1.823.963	4.127.999
IV - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	74.502	34.431
V - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	1.749.461	4.093.568
VI - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	12.785	4.735
VI.1 - Receitas financeiras	12.785	4.735
VII - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	1.762.246	4.098.303
VIII - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.781.241	4.390.276
VIII.1 - Pessoal	187.095	120.445
VIII.2 - Impostos, taxas e contribuições	66.258	878.465
VIII.3 - Remuneração de capitais de terceiros	4.348.987	2.307.346
VIII.4 - Remuneração de capitais próprios	(2.821.099)	1.084.020

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

A Romaxis Securitizadora S/A (“Companhia”), é uma sociedade anônima de capital aberto criada em 01 de setembro de 2017, tem como objetivo social (I) securitização de direitos creditórios comerciais, industriais, financeiros, agronegócio e imobiliários, assim compreendida a compra, venda e prestação das respectivas garantias em créditos imobiliários; (II) emissão e colocação no mercado privado (sem intermediação de instituição financeira) de títulos, valores mobiliários e de certificados de recebíveis imobiliários (“CRI”); (III) prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de títulos e valores mobiliários; (IV) prestação de serviços e realização de outros negócios referentes a operações no mercado secundário de créditos imobiliários, de acordo com a Lei 9.514 de 20.11.1997 e das normas que vierem a alterá-la, substituí-la ou complementá-la; (V) Emissão de Debêntures em regime de distribuição pública ou privada na forma da Lei 6.404/76, (VI) realizar negócios e prestação de serviços de seleção, administração e cobrança de direitos de créditos lastreados nos títulos e valores mobiliários relacionados à atividade de securitização de créditos.

A Companhia passa a observar a Lei 14.430 de 4 de agosto de 2022 e as normas da CVM no que diz respeito a emissão e colocação de títulos de securitização junto a investidores. Em observação a Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, a Companhia se enquadra como sociedade de propósito específico (“SPE”) que não é requerido registro junto a CVM. Portanto, continuará sendo possível que companhias não registradas na CVM façam ofertas públicas de títulos de securitização, desde que tais ofertas sejam exclusivamente destinadas a investidores profissionais, seja por meio da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 (“Instrução CVM 476”), seja por meio do novo regime proposto para as ofertas públicas. A Companhia atua antecipando recebíveis para empresas de pequeno e médio porte, fomentando o cenário econômico nacional, ajudando empresas a se fortalecer e expandirem seus negócios.

A Companhia tem sede na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Rua: Expedicionário Holz, nº 550, 18º andar, sala 1.804, Bairro: América, CEP: 89.201-740.

As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram autorizadas pelo Conselho de administração em 06 de setembro de 2023.

1.1 Continuidade dos negócios

As demonstrações contábeis foram elaboradas tendo como premissa que a Companhia está em atividade, e, assim irá manter-se por um futuro previsível, e ainda que existe o firme propósito de continuar suas atividades e que não se visualizou qualquer probabilidade de descontinuidade. Ainda para o lapso de doze meses da data das demonstrações contábeis, não ficou caracterizada, por qualquer forma, inclusive por vontade da administração, a redução drástica na escala de suas operações. Assim, a administração concluiu não haver incertezas materiais sobre a continuidade dos negócios e que possui habilidade em continuar operando normalmente e pretende dar continuidade aos negócios.

Adicionalmente, a Companhia possui apoio financeiro do grupo via emissão de debêntures, que se necessário pode ser convertida em capital social. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou prejuízo de R\$ 2.821.099 um patrimônio líquido de R\$ 220.366, e um capital circulante negativo de R\$ 540.176. O capital circulante negativo vem aumentando significativamente em decorrência do aumento do CDI que afeta diretamente a rentabilidade dos valores mobiliários emitidos pela Companhia, além do cenário político instável que vive o país atualmente, que impactou diretamente o volume de operações da Companhia.

A Administração ainda mantém as seguintes ações para reverter esse cenário (I) Resgate de debêntures com custo elevado e alteração para remuneração máxima de 1,50% fixo ao mês, conforme política de captação; (II) aumento de 27% da taxa de securitização; (III) Contratação de agentes para a angariação de novos clientes, bem como a revisão da tabela de comissão.

2 Riscos

2.1 Risco de mercado

Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras.

Risco de liquidez

É o risco de que a Companhia encontre dificuldade de cumprir com suas obrigações ligadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamento de caixa ou qualquer outro ativo financeiro.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Os valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais:

31 de dezembro de 2022

	Consolidado						
	Fluxos de caixas contratuais						
	Valor Contábil	Total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
<i>Em milhares de Reais</i>							
Passivos Financeiros não derivativos							
Fornecedores e outras contas a pagar	108.271	108.271	108.271				
Debêntures	18.543.881	18.543.881	-	-	-	18.543.881	-
	<u>18.652.152</u>	<u>18.652.152</u>	<u>108.271</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>18.543.881</u>	<u>-</u>

2.2 Risco institucional

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, da autorregulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco.

2.3 Risco fiscal

A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Em relação aos impostos federais, havendo mudança nestes, existe o risco de a operação da Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que suas receitas brutas são tributas pelo PIS/COFINS e atualmente estão enquadradas conforme as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Se aprovado os impostos deixarão de terem o efeito da “não cumulatividade” elevando demasiadamente as alíquotas – PIS de 0,65% para 1,65% e COFINS de 4% para 7,6% – ocasionando também em um encarecimento da operação e possível fuga de clientes.

2.4 Risco Operacional

Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais.

2.5 Risco de Crédito

O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido.

O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos recebimentos dos devedores de direitos creditórios causado pela instabilidade no ambiente econômico.

Especialistas afirmam que em um cenário de extrema crise econômica, os recebimentos possam sofrer redução de até 50%.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, que na data das Demonstrações financeiras foi:

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	5	324.372	296.538
Recebíveis	6	15.802.584	21.896.355

O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Consequentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência.

Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores.

2.6 Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros na linha de caixa e equivalentes de caixa para as aplicações financeiras.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	2022	2021
Instrumentos pré-fixados		
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras	305.906	276.991
Contas a receber		
Contas a receber partes relacionadas	2.119.617	799.261

3 Apresentação das Demonstrações financeiras

As Demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e elaboradas de acordo com o CPC 26 (R1) “Apresentação das Demonstrações Contábeis” e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Classificação dos ativos financeiros (consulte a Nota Explicativa 5.3)
- A mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data de emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 19 – Contingências
- Nota explicativa nº 5.5 - Perdas esperadas no recebimento de direitos creditórios

(iii) Mensuração do valor justo

Na mensuração do valor justo de instrumentos financeiros, a administração utiliza informações observáveis de mercado tão logo estejam disponíveis. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para ativo ou passivo, que não baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo que o dado de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 7.

5 Principais práticas contábeis

As Demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações.

5.1 Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia.

5.2 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

5.3 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração

(i) Ativos Financeiros – reconhecimento e mensuração

Os recebíveis e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos- somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

- **Ativos financeiros a VJR** – Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. No entanto, veja a nota explicativa 10(o)(v) para derivativos designados como instrumentos de hedge.
 - **Ativos financeiros a custo amortizado** – Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas esperadas. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
 - **Instrumentos de dívida a VJORA** – Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e perdas esperadas são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
 - **Instrumentos patrimoniais a VJORA** – Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.
- (iii) **Passivos Financeiros – Reconhecimento e mensuração**
- Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao Valor justo por meio do resultado (“VJR”). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

5.4 Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração avaliou o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 e 2021 não identificou ajustes a serem contabilizados.

5.5 Perdas esperadas no recebimento de direitos creditórios

Os valores referentes às perdas esperadas no recebimento de direitos creditórios são reconhecidos em contrapartida na conta de Debêntures no momento em que o título está em processo judicial e quando estão vencidos há mais de 6 (seis) meses, com valor até R\$ 15.000 (quinze mil reais), independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento.

Em tese, a Lei 14.430, em seu Art. 21, menciona: “§ 4º A companhia Securitizadora responde pela origem e pela autenticidade dos direitos creditórios vinculados ao Certificado de Recebíveis por ela emitido.”

Sendo assim, se a perda esperada decorre de vício de forma, ou seja, origem e autenticidade do direito creditório corrompidas, a Securitizadora de créditos deverá honrar junto aos investidores dos certificados de recebíveis, com recursos próprios, e portanto, a provisão de perda esperada, deverá ser contabilizada em conta de resultado.

Por outro lado, se a perda esperada decorre do inadimplemento normal de mercado, sendo o direito creditório revestido de toda a formalidade legal e de origem lícita, a perda será imputada aos investidores dos certificados de recebíveis emitidos, e, portanto, a contrapartida da perda esperada deverá ser contabilizada em conta redutora do passivo. No mesmo sentido, o parecer normativo nº 5 de 2014 já mencionava essa possibilidade. Dessa forma, o investidor recebe o retorno do investimento por meio de pagamentos a título de amortizações e encargos na medida em que os títulos de lastro são liquidados e/ou remunerados, compondo assim fluxos financeiros combinados, administrados pela Securitizadora. Os títulos inadimplidos e considerados incobráveis são abatidos do lastro, reduzindo assim os fluxos financeiros, o que, observados os termos pactuados, resulta, a princípio, em perda tanto para o investidor quanto para a Securitizadora, por diferentes motivos, melhor compreendidos mais adiante. Não obstante, a securitização oferece diversas oportunidades econômicas para o investidor, pelas possibilidades de ganhos com o risco adquirido e não materializado, e para os cedentes, pela antecipação de recebíveis e redução da pressão do risco de crédito sobre seus ativos.

Independentemente da legislação específica ou do entendimento fiscal a respeito, devemos sempre observar o que preceitua o título de securitização de crédito, seja ele um certificado ou uma debênture. O título de securitização de crédito deverá conter em suas cláusulas e condições essa questão, se as perdas créditos são de coobrigação da companhia Securitizadora ou se tratam de riscos assumidos pelos investidores. De acordo com a natureza e/ou, conteúdo explícito no título de securitização, a contrapartida das Perdas esperadas com direitos creditórios, será apropriada, seja no resultado do exercício ou em conta redutora do passivo. Em relação a Romaxis, a Escritura das debêntures em seu item 8: “8. ESPÉCIE: As debêntures serão da espécie subordinadas, tendo como principal garantia os direitos creditórios da carteira de ativos da emissora representados por créditos a receber de pessoas físicas e jurídicas adquiridos nos termos do Contrato Particular de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito para Fins de Securitização e outras Avenças firmados entre a Emissora e os originadores dos direitos creditórios. As garantias ora assumidas pela Emissora serão objeto de ajustes diários de posição contemplando o pagamento do Valor Nominal Unitário atualizado das debêntures, acrescido de juros remuneratórios, juros moratórios, bem como quaisquer encargos decorrentes de eventuais ações judiciais, sendo esta fiança irrevogável e irretratável, para todos os efeitos legais”.

Dessa forma, a escritura trata de debêntures define que o risco é assumido pelos investidores, não havendo a coobrigação por parte da Securitizadora.

5.6 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

O grupo de outros ativos são demonstrados pelos valores de custo, incluído, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes de realização. O grupo de outros passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Todos os demais passivos foram classificados como não circulantes.

5.7 Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

5.8 Tributos a compensar

Uma vez identificado valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser contabilizados em contas do ativo, com a corresponde atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cômputo na base de cálculo do IRPJ e da CSLL, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência.

A Companhia deverá manter controles extracontábeis dos créditos a compensar, bem como dos valores dos juros apropriados e dos valores compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco.

5.9 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e provisões para redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Periodicamente, a Companhia avalia os itens do seu ativo imobilizado, realizando baixa dos itens obsoletos, danificados ou quando estes não geram mais benefício econômico futuro.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos nas rubricas de “Outras despesas” ou “Outras receitas” no resultado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios econômicos futuros associados a esses gastos fluirão para a Companhia e que seus custos possam ser medidos de forma confiável. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, exceto pela conta de marcas e patentes que são adquiridas separadamente e são demonstradas pelo custo histórico e não são amortizadas ao longo do tempo.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As taxas anuais de depreciação são: equipamentos e processamentos de dados (10%), móveis e utensílios (10%) e Software (20%).

5.10 Informações por segmento

É requerido que a Companhia divulgue as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos utilizados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance. A Administração efetuou a análise mencionada e concluiu que a Companhia opera em um único segmento (securitização de créditos) e por isso não há a necessidade de nenhuma divulgação adicional.

5.11 Reconhecimento de receita

(i) *Prestação de serviços*

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos mesmos, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

Para validação do reconhecimento de receita, alinhado ao CPC 47, a companhia condiciona primeiramente o reconhecimento da receita à existência de um contrato ou um acordo entre as partes, que deverão seguir algumas condições, uma vez que tal instrumento cria direitos e obrigações.

Caso haja um contrato a companhia irá avaliar e identificar obrigações de desempenho nos contratos, que são quão obrigações contratuais na prestação de serviços.

Em seguida é determinado o preço da prestação de serviço, que deverá estar previsto no contrato, e que pode ser composto por outras variáveis como desconto por exemplo.

Após a determinação de preço do serviço prestado, a companhia realiza a alocação do mesmo as diferentes obrigações de desempenho previstas no contrato.

(ii) *Receita de juros*

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira” nas demonstrações do resultado.

(iii) *Receita de securitização*

O *spread* da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito e o preço de colocação das debêntures aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro de crédito, aplicando determinado fator que somente será em parte repassada como forma de remuneração, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no *spread* realizado.

5.12 Reconhecimento de despesas

As despesas foram reconhecidas no resultado à medida da sua realização através do regime de competência. Foram reconhecidas simultaneamente com as receitas quando com estas tinham vínculo.

5.13 Impostos e contribuições

(i) **Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido – correntes**

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são apurados com base no lucro real e são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

(ii) **Imposto sobre serviços**

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Seguindo a Lei 10.684/2003, a alíquota da COFINS fica elevada para 4% (quatro por cento) para as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Entre elas as sociedades de crédito imobiliário.
- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%
- Imposto Sobre Serviços (ISS) – 2% a 5%;

5.14 Novas políticas contábeis

A adoção antecipada de normas, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As seguintes novas normas e interpretações foram emitidas pelo IASB:

- (a) Contratos Onerosos – Custos de cumprir um contrato (Alterações ao CPC 25/IAS37. Vigente a partir de 01.01.2022.
- (b) Melhorias anuais para normas IFRS – 2018-2020. Vigente a partir de 01.01.2022.
- (c) Imobilizado - receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16). Vigente a partir de 01.01.2022.
- (d) Referências à estrutura conceitual (alterações ao CPC 15/IFRS 3). Vigente a partir de 01.01.2022.
- (e) Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8). Vigente a partir de 01.01.2023.
- (f) IFRS 17 Contratos de Seguros, e alterações à IFRS 17 Contratos de Seguro. Vigente a partir de 01.01.2023.
- (g) Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Demonstração Prática 2). Vigente a partir de 01.01.2023.
- (h) Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23/IAS 8). Vigente a partir de 01.01.2023.

- (i) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32/IAS 12). Vigente a partir de 01.01.2023.
- (j) Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto (alterações na IFRS 10 e na IAS 28). Disponível para adoção.

A administração não espera que a adoção de novas normas, alterações e interpretações vigentes para os próximos exercícios impactem de forma material as suas demonstrações financeiras.

6 Caixa e equivalentes de caixa

O Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, se aplicável. O caixa e equivalentes de caixa existentes na sociedade compõem-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos bancários à vista	18.466	19.547
Aplicações financeiras (i)	305.906	276.991
Total de Caixa e equivalentes de caixa	<u>324.372</u>	<u>296.538</u>

- (i) As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Referem-se a títulos no fundo Bradesco Fundo de Investimento em Cotas de Renda Fixa Referenciado DI Max, fundo aberto para captação pós fixado, sendo o emissor o Banco Bradesco e possui rentabilidade auferida na data base do fundo 31/12/2022 de 1,15%.

7 Direitos creditórios a receber

O saldo de Direitos Creditórios a receber é composto por direitos de créditos adquiridos de empresas originadoras dos segmentos industriais, comerciais e da prestação de serviços sem aquisição substancial de riscos e benefícios. Os valores são escriturados pelo valor de face dos Direitos Creditórios a receber, devido ao fato do prazo médio da carteira ser inferior a 180 dias, a Companhia optou por não reconhecer o ajuste a valor presente, requerido pelo CPC 12.

A Companhia não está substancialmente exposta à variação do fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório quando o cedente ou parte relacionada, em relação à operação de cessão, assumir obrigação não formalizada ou quando garantir, por qualquer outra forma, compensar as perdas de crédito associadas ao direito creditório objeto da operação.

- (i) Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a Securitizadora adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.
- (ii) Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a Securitizadora não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

A classificação dos grupos acima é de responsabilidade da Administração e deverá ser estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o disposto na escritura de emissão de debêntures, associado aos direitos creditórios objeto da operação.

a. Posição sintética de direitos creditórios relativa as operações sem aquisição substancial de riscos estão representadas por

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Duplicatas a receber		21.060.906
(-) Duplicatas Clientes à Conciliar	497.462	835.449
(-) Perdas esperadas	(1.966.805)	-
Clientes Diversos	17.271.927	-
Total de direitos creditórios	15.802.584	21.896.355

b. Posição por vencimento em dias da carteira de Direitos creditórios a receber

Vencimentos	Valor
A vencer	13.032.979
Até 5 dias	200.355
De 6 a 35 dias	520.756
De 35 a 60 dias	304.643
De 61 a 90 dias	336.263
De 91 a 120 dias	522.164
Acima de 121 dias	2.354.767
Total Geral	17.271.927

8 Partes relacionadas

A conta “Partes Relacionadas” refere-se a operações que a Companhia realizou com empresas do grupo, sendo que tais operações não possuem onerosidade por nenhuma das partes, bem como não possuem vencimento estipulado em contrato, as quais sendo tanto em favor quanto como obrigação da Romaxis.

a. Contas a receber ou a pagar entre partes relacionadas

(i) Ativo circulante

Descrição	Tipo	31/12/2022	Pagamento	Atualização	Novo	31/12/2021
Créditos a receber dos acionistas (*)	Controladores	1.900.000	-	-	1.900.000	-
Fatori Gestão	Ligada	-	(118)	-	-	118
Total de Partes Relacionadas		1.900.000	(118)	-	1.900.000	118

(*) Conforme nota explicativa 13 trata-se de valor sobre aporte de capital social que foi concluída a liquidação financeira em abril/2023.

(ii) Ativo não circulante

Descrição	Tipo	31/12/2022	Pagamento	Atualização	Novo	31/12/2021
RMX Serviços de Cobranças (**)	Ligada	119.617	-	12.785	-	106.832
Amplus (**)	Controladora	100.000	(692.311)	-	100.000	692.311
Total de Partes Relacionadas		219.617	(692.311)	12.785	100.000	799.143

(**) Ambos os valores estão relacionados a suporte de caixa para empresas ligadas e/ou controladora do grupo os quais não possuem remuneração, contratos entre as partes e sem vencimento previsto. A administração prevê quitação dos saldos durante o exercício de 2023.

(iii) *Passivo circulante*

Descrição	Tipo	31/12/2022	Pagamento	Atualização	Novo	31/12/2021
Fatori Securitizadora	Controlada	-	(10.230)	-	-	10.230
Total de Partes Relacionadas		-	(10.230)	-	-	10.230

b. Remuneração do pessoal chave

A Companhia incorreu no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 um montante de R\$ 80.000 (R\$ 31.587 em 2021) referente às despesas com remuneração da administração.

9 Imobilizado e Intangível

A conta de “imobilizado” é composta por:

9.1 Imobilizado

		Custo				Depreciação Acumulada			Líquido	
		%	2021	Adições	Baixas	2022	2021	Adições	2022	2021
Equipamento, processamento dados	10	30.862	-	-	30.862	4.750	6.172	10.922	26.112	19.940
Móveis e utensílios	10	7.332	-	-	7.332	2.131	733	2.864	5.201	4.468
Total		38.194	-	-	38.194	6.881	6.905	13.786	31.313	24.408

		Custo				Depreciação Acumulada			Líquido	
		%	2020	Adições	Baixas	2021	2020	Adições	2021	2020
Equipamento, processamento dados	10	2.000	28.862	-	30.862	983	3.767	4.750	1.017	26.112
Móveis e utensílios	10	7.332	-	-	7.332	1.398	733	2.131	5.934	5.201
Veículos	-	170.000	-	(170.000)	-	51.567	(51.567)	-	118.433	-
Total		179.332	28.862	(170.000)	38.194	53.948	(47.067)	6.881	125.384	31.313

9.2 Intangível

		Custo				Depreciação Acumulada			Líquido	
		%	2021	Adições	Baixas	2022	2021	Adições	2022	2021
Software	20	145.391	502.001	(2.194)	645.198	15.764	67.597	83.361	129.627	561.837
Total		145.391	502.001	(2.194)	645.198	15.764	67.507	83.361	129.627	561.837

		Custo				Depreciação Acumulada			Líquido	
		%	2020	Adições	Baixas	2021	2020	Adições	2021	2020
Software	20	-	145.391	-	145.391	-	15.764	15.764	-	129.627
Total		-	145.391	-	145.391	-	15.764	15.764	-	129.627

10 Obrigações tributárias

A conta “Obrigações tributárias” é composta por:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Cofins a recolher	-	2.311
CSLL estimativa a recolher	25.829	25.829
IRPJ estimativa a recolher	63.747	63.747
PIS a recolher	-	376
CSRF retido a recolher	4.708	13.141
IOF sobre mútuo a recolher	370	123
IRRF retido a recolher	1.519	4.239
ISS retido a recolher	3.207	100
Provisão IRRF sob debêntures	3.815	42.866
Total de Obrigações tributárias	103.194	152.732

11 Outras obrigações

A conta “outras obrigações” trata-se de adiantamentos feitos por clientes em contas garantidas para darem segurança nas operações conforme o seu volume de descontos, além de causas judiciais referentes a processos com perdas prováveis para a Companhia, e estão dispostos da seguinte forma:

Circulante	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento de clientes	-	37.852
Obrigações Trustee	2.033	3.655
Outros	5.475	-
Aluguéis a pagar	15.000	15.000
Cheques a Compensar	36.280	585.334
Reny Empreendimentos	-	171.121
Dividendos a Pagar	-	340.488
Total de Outras Obrigações	58.788	1.153.450
Não circulante	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para contingência (nota explicativa 19)	45.320	-
Total de Outras Obrigações	45.320	-

12 Debêntures

A Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão privada de debêntures, em 04 de dezembro de 2017, onde foram emitidas 5.000 (cinco) debêntures simples, com valor nominal unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de reais), realizada em 6 (seis) séries, com as seguintes características:

- As debêntures da 1ª série são de classe subordinada, composta de 500 (quinhentas) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais), totalizando R\$ 5.000.000 (cinco milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 250% (duzentos e cinquenta por cento) do CDI.

- As debêntures da 2ª série são de classe subordinada, composta de 500 (quinhentas) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais), totalizando R\$ 5.000.000 (cinco milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 200% (duzentos por cento) do CDI.
- As debêntures da 3ª série são de classe subordinada, composta de 500 (quinhentas) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais), totalizando R\$ 5.000.000 (cinco milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 180% (cento e oitenta por cento) do CDI.
- As debêntures da 4ª série são de classe subordinada, composta de 500 (quinhentas) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais), totalizando R\$ 5.000.000 (cinco milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 150% (cento e cinquenta por cento) do CDI.
- As debêntures da 5ª série são de classe subordinada, composta de 1.000 (um mil) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais), totalizando R\$ 10.000.000 (dez milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 130% (cento e trinta por cento) do CDI.
- As debêntures da 6ª série são de classe subordinada, composta de 2.000 (duas mil) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais), totalizando R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 1% (um por cento) ao mês, incidentes sobre o valor unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos, regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis” e mais 100% (cem por cento) do CDI.

A Companhia realizou a 2ª (segunda) emissão privada de debêntures, em 10 de julho de 2018, onde foram emitidas 1.000 (um mil) debêntures simples da espécie subordinada não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), realizada em 5 (cinco) séries, com as seguintes características:

- As debêntures da 1ª série são de classe subordinada, composta de 200 (duzentas) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais), totalizando R\$ 2.000.000 (dois milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 0,9% (zero vírgula nove por cento) ao mês, incidentes sobre o valor unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos, regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis”.
- As debêntures da 2ª série são de classe subordinada, composta de 200 (duzentas) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais), totalizando R\$ 2.000.000 (dois milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 1% (um por cento) ao mês, incidentes sobre o valor unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos, regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis”.

- As debêntures da 3ª série são de classe subordinada, composta de 200 (duzentas) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais), totalizando R\$ 2.000.000 (dois milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 1,1% (um vírgula um por cento) ao mês, incidentes sobre o valor unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos, regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis”.
- As debêntures da 4ª série são de classe subordinada, composta de 200 (duzentas) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais), totalizando R\$ 2.000.000 (dois milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 1,2% (um vírgula dois por cento) ao mês, incidentes sobre o valor unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos, regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis”.
- As debêntures da 5ª série são de classe subordinada, composta de 200 (duzentas) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais), totalizando R\$ 2.000.000 (dois milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 1,3% (um vírgula três por cento) ao mês, incidentes sobre o valor unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos, regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis”.

A Companhia realizou a 3ª (Terceira) emissão privada de debêntures, em 26 de agosto de 2019, onde foram emitidas 200.000 (duzentas mil) debêntures simples da espécie subordinada não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais) perfazendo o montante de R\$ 200.000.000 (duzentos milhões de reais), realizada em 5 (cinco) séries, com as seguintes características:

- As debêntures da 1ª série são de classe subordinada, composta de 50.000 (cinquenta mil) debêntures, de valor unitário de R\$ 1.000 (mil reais), totalizando R\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 36 (trinta e seis) meses e o rendimento será equivalente a 100% (cem por cento) do CDI, incidentes sobre o valor unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos, regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis”.
- As debêntures da 2ª série são de classe subordinada, composta de 15.000 (quinze mil) debêntures, de valor unitário de R\$ 1.000 (mil reais), totalizando R\$ 15.000.000 (quinze milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 36 (trinta e seis) meses e o rendimento será equivalente a 130% (cento e trinta por cento) do CDI, incidentes sobre o valor unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos, regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis”.
- As debêntures da 3ª série são de classe subordinada, composta de 50.000 (cinquenta mil) debêntures, de valor unitário de R\$ 1.000 (mil reais), totalizando R\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 36 (trinta e seis) meses e o rendimento será equivalente a 150% (cento e cinquenta por cento) do CDI, incidentes sobre o valor unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos, regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis”.

- As debêntures da 4ª série são de classe subordinada, composta de 60.000 (sessenta mil) debêntures, de valor unitário de R\$ 1.000 (mil reais), totalizando R\$ 60.000.000 (sessenta milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 36 (trinta e seis) meses e o rendimento será equivalente a 180% (cento e oitenta por cento) do CDI, incidentes sobre o valor unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos, regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis”.
- As debêntures da 5ª série são de classe subordinada, composta de 25.000 (vinte e cinco mil) debêntures, de valor unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), totalizando R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 36 (trinta e seis) meses e o rendimento será equivalente a 200% (duzentos por cento) do CDI, incidentes sobre o valor unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos, regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis”.

A Companhia realizou a 4ª (Quarta) emissão privada de debêntures, em 09 de abril de 2021, onde foram emitidas 5.000 (cinco mil) debêntures simples da espécie subordinada não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de reais), realizada em série única, com as seguintes características:

- As debêntures da 1ª série são de classe subordinada, composta de 5.000 (cinco mil) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais), totalizando R\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 36 (trinta e seis) meses e o rendimento será equivalente a base de remuneração do valor unitário das debêntures fará jus à remuneração de 1% (um por cento) ao mês.
- De acordo com as características supracitadas, as debêntures estão assim relacionadas:

Abertura das debêntures

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Debêntures 1ª Emissão	6.050.000	4.900.000
Remuneração 1ª Emissão	2.235.336	845.212
Debêntures 2ª Emissão	2.460.000	6.050.000
Remuneração 2ª Emissão	377.892	1.461.377
Debêntures 3ª Emissão	3.896.000	5.534.000
Remuneração 3ª Emissão	1.112.252	354.191
Debêntures 4ª Emissão	19.000	2.250.000
Remuneração 4ª Emissão	870	-
Debêntures 5ª Emissão	4.013.000	-
Remuneração 5ª Emissão	307.418	91.271
(-) Perdas debêntures	(1.927.887)	-
Total de Títulos e valores mobiliários	<u>18.543.881</u>	<u>21.486.051</u>

Movimentação das debêntures

Descrição	Valores
Saldo 31/12/2020	<u>20.401.815</u>
Resgate	(11.082.225)
Aportes de capital	10.145.000
Juros	2.021.461
Saldo 31/12/2021	<u>21.486.051</u>
Resgate	(16.343.991)
Juros resgatados	(2.298.502)
Aportes de capital	13.574.000
Juros	4.054.210
(-) Perdas debêntures	(1.927.887)
Saldo 31/12/2022	<u>18.543.881</u>

13 Patrimônio líquido

- Capital Social - O Capital Social totalmente subscrito é de R\$ 2.000.000 representado por 2.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A Companhia realizou um aumento de Capital no terceiro trimestre de 2022, onde foi realizada a integralização de R\$ 1.900.000,00 (um milhão e novecentos mil reais) em abril de 2023
- Resultados dos exercícios – A Companhia auferiu no ano de 2022 um prejuízo líquido de R\$ 2.821.099 que foram absorvidos em parte pela conta de Reserva de Lucros e o excedente destinado à conta de Prejuízos Acumulados, os quais serão revertidos de acordo com os lucros auferidos em exercícios futuros. O resulta representa uma reversão no lucro líquido obtido no exercício de 2021, um montante de R\$ 1.084.020 (um milhão e oitenta e quatro mil e vinte reais, uma queda de 360,24%.
- Reserva Legal – Após a absorção do prejuízo do exercício, a Companhia encerrou o exercício de 2022 sem saldo em reserva de lucros.

14 Resultado líquido de juros

O Resultado líquido de juros é composto de receitas e despesas de juros deduzidos os impostos, composto por:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Receita de Securitização	3.768.733	7.244.714
Juros Recebidos	127.134	170.686
Descontos obtidos	30	12.241
Juros sobre Liquidação	32.993	25.034
Juros sobre Recompra	5.310	16.170
Multa sobre Liquidação	327.484	234.612
Multa sobre Recompra	136.619	106.199
Receita bruta de juros	<u>4.398.303</u>	<u>7.809.656</u>

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Descontos Concedidos	(6.595)	(20.256)
(-) COFINS	(21.843)	(233.735)
(-) PIS	(3.549)	(37.982)
Receita líquida de juros	<u>4.366.316</u>	<u>7.517.683</u>
Despesas financeira		
Despesa de captação debêntures (nota explicativa 12)	(4.054.210)	(2.021.461)
Juros passivos	(866)	(6.309)
Despesa líquida de juros	<u>(4.055.076)</u>	<u>(2.027.770)</u>
Resultado líquido de juros	<u>311.240</u>	<u>5.489.913</u>

15 Despesas gerais e administrativas

A conta de “Despesas gerais e administrativas” é composta por:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Serviços de consultoria profissional	(260.695)	(2.617.165)
Consultoria jurídica	(69.858)	(39.131)
Comissões e corretagens	(764.097)	-
Despesas de ocupação	(207.009)	(206.992)
Depreciação e amortização	(74.502)	(34.431)
Serviços de auditoria	(197.787)	-
Consultoria empresarial	(660.905)	-
Outras despesas	(680.370)	(779.814)
Resultado operacional líquido	<u>(2.915.223)</u>	<u>(3.677.533)</u>

16 Imposto de renda e Contribuição Social

Conforme evidenciado na nota 4.5, a Companhia é tributada pelo Lucro Real e, dessa forma, há incidência de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o seu Lucro. Abaixo segue a tabela com os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social da Companhia:

Descrição (em reais)	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda	-	(418.786)
Contribuição Social	-	(159.403)
Total de Imposto de renda e Contribuição Social	<u>-</u>	<u>(578.189)</u>

17 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativamente utilizados pela Sociedade estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, direitos creditórios a receber e títulos e valores mobiliários, realizado em condições usuais de mercado, estando reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis considerando-se os critérios descritos no item 4.2.

a. Valorização dos instrumentos financeiros

O principal instrumento financeiro ativo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, bem como os critérios para sua valorização, está descrito a seguir:

- **Caixa e equivalentes de caixa (nota 6):** os saldos mantidos em contas correntes bancárias.
- **Direitos Creditórios a receber (nota 7):** são avaliados no momento inicial pelo valor de face dos títulos adquiridos.
- **Debêntures (nota 12):** considerando a natureza dos débitos específicos, não há valor de mercado comparável com os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

b. Valor justo

Instrumentos financeiros derivativos

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de caixa e equivalentes de caixa, outros recebíveis e outras contas a pagar não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para ativos ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3** – Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).
- Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as aplicações financeiras como valor justo por meio do resultado são classificadas na categoria nível 2.
- Para os níveis 1 e 3, a Companhia não possuía nenhuma operação a ser classificada nas datatables.

c. Análise de sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2022		Risco na demonstração do resultado associado à taxa de juros (R\$)				
		Índice CDI	Cenário I 10%		Cenário II 20%	
Operação	Risco		Saldo exposto em R\$	Cenário provável em R\$	(Impacto Líquido)	(Impacto Líquido)
Ativos Financeiros						
Aplicações financeiras	CDI	305.906	13,42%	41.053	45.158	49.263
Direitos creditórios a receber	CDI	15.802.584	13,42%	2.120.707	2.332.777	2.544.848
Passivos Financeiros						
Debêntures	CDI	(18.543.881)	13,42%	(2.488.589)	(2.737.448)	(2.986.307)
Efeito líquido no resultado		(2.435.391)		(326.829)	(359.512)	(392.195)

18 Contingências

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais, oriundos do curso normal de suas operações. Esses processos envolvem assuntos de natureza cível. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração mensurou e reconheceu provisões para as contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos esperada. Em 31 de dezembro de 2022, as provisões para contingências prováveis estavam reconhecidas no montante de R\$ 45.320. Não houve processos administrativos e judiciais com saídas prováveis em 2021.

A Companhia também parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, internos e externos, julgou o risco de perda como possível. As obrigações decorrentes desses processos são consideradas como passivos contingentes, uma vez que não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação. Em 31 de dezembro de 2022, as provisões para contingências possíveis possuem o montante atualizado de R\$ 53.462. Não houve processos administrativos e judiciais com saídas possíveis em 2021.

19 Cobertura de Seguros

A Companhia não possui seguros vigentes face aos riscos de incêndio, roubos, responsabilidade civil ou outros. A Companhia entende que os imobilizados são equipamentos de pequenos valores e as benfeitorias são alugadas de terceiros.

20 Evento subsequente

A Companhia realizou uma análise em todos os eventos subsequentes, favoráveis, desfavoráveis, relevantes que pudessem influenciar significativamente o seu desempenho, com uma atenção especial no quesito da continuidade. Após esta análise o evento subsequente relevante trata-se da efetivação da liquidação financeira do valor de Capital Social no montante de R\$ 1.900.000 que foi concluído em abril de 2023.

* * *

Joinville - SC, 06 de setembro de 2023.

Pedro Luis Mees
Diretor Presidente

Leila Silva Carlini
Contadora
CRC 1-SC-025832/O-5 SC

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas KPMG. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://apiconfirmations.kpmg.com.br/Verificar/F593-F283-D1CD-70E4>.

Por motivo de segurança e sigilo das informações, não é permitido o download do documento pela tela de validação de assinatura.

Código para verificação: F593-F283-D1CD-70E4



Hash do Documento

93E2285936B0772892D73014E5CEDE57931B73925766C734704FC96BD20C6528

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 18/09/2023 é(são) :

Pedro Luiz Mees - 463.425.329-15 em 18/09/2023 11:12 UTC-03:00

Tipo: Assinatura Eletrônica

Identificação: Por email: pedro@fatori.com.br; Código de acesso: 1223119

Evidências

Client Timestamp Mon Sep 18 2023 11:12:51 GMT-0300 (Brasilia Standard Time)

Geolocation Latitude: -20.163186 Longitude: -43.954125 Accuracy: 178

IP 200.97.17.116

Assinatura:



Hash Evidências:

B7DBA2BCCB881BDA4221B5CBF346888BA76BE53BF72200BDAEE6FA955D77EC96

Leila Silva Carlini - 936.668.379-72 em 15/09/2023 15:50 UTC-03:00

Tipo: Assinatura Eletrônica

Identificação: Por email: leila.silva@fatori.com.br; Código de acesso: 1223119

Evidências

Client Timestamp Fri Sep 15 2023 15:49:23 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

Geolocation Latitude: -26.284300522718596 Longitude: -48.85218788299446 Accuracy: 206

IP 201.159.249.55

Assinatura:

Leila S. Carlini

Hash Evidências:

9D718FBBFD7A370F564135DFACC524ABB39D95D8B807D7AF3F3A83DC70EB92F1